

O racismo através da máscara do *bullying* em uma escola: experiências de adolescentes negras

Letícia Ferreira Venâncio¹

Leônia Cavalcante Teixeira²

Resumo

Trata-se de um recorte extraído de uma pesquisa de mestrado em Psicologia realizada em uma Escola Municipal na cidade de Fortaleza – Ceará, que teve como objetivo geral a compreensão dos efeitos do racismo na subjetividade de adolescentes negras no ambiente escolar. As participantes da pesquisa pertenciam à faixa etária entre 12 e 15 anos de idade matriculadas na escola. A pesquisa foi construída a partir de atividades realizadas em grupo com as adolescentes e, posteriormente, de uma escuta individual. Destacou-se para o presente artigo uma das atividades realizadas com o tema “*bullying*” na percepção das adolescentes. Durante os encontros em grupo e escuta individual, as adolescentes compartilharam experiências vivenciadas no ambiente escolar que foram nomeadas por ela como práticas de *bullying*, porém muitos dos relatos apresentavam em seu conteúdo o preconceito racial. Com isso, ressalta-se a problematização de episódios de injúria racial nomeados pelas próprias adolescentes como *bullying*, além de destacar a importância da escola no combate ao racismo diante dos impasses do reconhecimento do racismo.

Palavras-Chave: Adolescência; Bullying; Escola; Racismo; Subjetividade

1. Introdução

A educação é uma das vias mais efetivas de ascensão social no Brasil, no entanto há uma engrenagem de controle social em cima do campo da educação, que se baseia na desigualdade social e racial. Consequentemente os fatores citados refletem no acesso, na permanência e na efetivação da educação para pessoas negras, como é afirmado pela filósofa Sueli Carneiro (2023) ao discorrer sobre o conceito de epistemicídio em sua obra “Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser”. Nesse sentido, a autora, apoiada no pensamento de Boaventura de Sousa Santos, destaca a negação ao acesso à educação como produto do epistemicídio a partir de diferentes formas de deslegitimação do negro como portador de conhecimento.

Essa dinâmica da desigualdade tem como o objetivo de manter os privilégios de uma classe dominante, onde há uma predominância de pessoas brancas. Historicamente há um silenciamento quanto às relações étnico-raciais no Brasil, além de um mal-estar instalado diante da recusa da abdicação desses lugares sociais ocupados por um grupo dominante (Madeira; Gomes, 2018). No ano de 2003 foi implementada a lei nº 10.639, que estabelece a inclusão da

¹ Mestra em Psicologia; Universidade de Fortaleza; Fortaleza, Ceará, Brasil; leticiafv@edu.unifor.br

² Doutora em Saúde Coletiva; Universidade de Fortaleza; Fortaleza, Ceará, Brasil; leonia.ct@gmail.com

temática “História e Cultura afro-brasileira” nos currículos escolares, representando uma descontinuidade a uma pedagogia que não reconhecia as diferenças na formação nacional (Madeira; Costa, 2012). Já em 2008, a lei nº 11.645/2008 tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas brasileiras. Por outro lado, o caminho para a efetivação da lei é turbulento, pois se confronta com a realidade do racismo estrutural que reflete a educação brasileira, o que limita a sua implementação (Mendes; Moraes; Silva, 2021).

As relações étnico-raciais têm ganhado espaço como tema de discussões e nas iniciativas de muitas instituições. Em Fortaleza, a Secretaria Municipal de Educação lançou em novembro de 2023 o “Selo Escola Antirracista”, com o objetivo de estimular as unidades municipais de educação a se dedicarem a um trabalho contínuo quanto às relações étnico-culturais. Assim, as escolas são incentivadas a realizarem ações interdisciplinares, bem como eventos e formações profissionais que visem a construção de uma educação antirracista. O Selo se apresenta como uma forma de reforçar a implementação da lei nº 10.639 no compromisso de tornar o ambiente escolar um espaço de combate ao racismo.

Reconhecer a existência do racismo no ambiente escolar corresponde a não inviabilizar a desigualdade racial durante a formação de crianças e adolescentes, que têm a escola como um dos principais meios de referência para a construção de senso crítico, além da formação intelectual. Sousa Júnior et al. (2023) apontam que o racismo se manifesta de diferentes formas, como nos conteúdos de materiais didáticos, nas práticas de professores e nos discursos de estudantes, muitas vezes a partir de brincadeiras e/ou apelidos.

É a partir dessa realidade que estratégias de combate ao racismo são necessárias, como a pesquisa-intervenção realizada por Miranda et al. (2020) em uma escola estadual localizada em Fortaleza – CE, em que os próprios estudantes se tornaram pesquisadores na escola para investigar as percepções sobre o racismo. A iniciativa dos autores consistiu em uma investigação acerca da presença do racismo na escola e nas possíveis formas de combate dentro da instituição. Os próprios estudantes protagonizaram o processo de pesquisa, sobretudo na construção das ferramentas metodológicas utilizadas para a apuração dos dados. Assim, os estudantes, ao ocuparem o lugar de pesquisadores, analisaram a manifestação do racismo dentro do próprio ambiente em que conviviam uns com os outros.

Ainda que existam estratégias que garantem a importância do estudo sobre relações étnico-raciais, o racismo se manifesta a partir das próprias vivências e de valores morais de quem compõe a escola, desde o preconceito ao cabelo ou à classe social, ao fato dos estudantes não se sentirem à vontade para discutirem sobre o preconceito presente na instituição.

A publicação Enfoque Econômico do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) informou no ano de 2022 os indicadores de educação por cor ou raça no estado do Ceará. Os dados apontam que em 2022 o Ceará tinha cerca de 2,5 milhões de estudantes, em que a maior parte, 70,5%, foram estudantes da cor/raça declarada preta/parda. Diante de uma maioria numérica, a identificação racial é um fator indissociável da construção de identidade do sujeito inserido no espaço escolar. Visto que se trata de um ambiente em os adolescentes compartilham referências, significados, experiências e representações, aspectos dos quais estão presentes na formação de grupos, algo que é primordial na adolescência.

Ainda que o número de estudantes pretos e pardos seja maioria nas escolas do Ceará, é necessário compreender a escola como uma instituição suscetível de ser um espaço para manifestações de racismo. Entender que qualquer forma de violência não se trata de um fenômeno externo à escola é destacar o seu papel de responsabilidade, não a isentar (César; Araújo; Menezes, 2021). Mesmo com iniciativas por parte do Estado, o racismo está presente no ambiente escolar a partir dos materiais didáticos, nas práticas de professores e nos discursos de estudantes, muitas vezes a partir de brincadeiras e/ou apelidos (Sousa Júnior, 2023).

A escola foi escolhida como campo de investigação para essa pesquisa devido ao reconhecimento de ser uma instituição formadora intelectual e socialmente, em que adolescentes assimilam regras sociais, valores morais para a preparação da vida adulta (Júnior & Martins, 2019), sendo uma instituição que reflete os aspectos culturais. Trata-se de um ambiente constituinte do cotidiano de muitos adolescentes, que vivenciam nesse lugar um reflexo da sociedade em que estão inseridos. É na escola em que ocorrem trocas culturais, assim como há uma construção coletiva e pessoal a partir da interação social (Koehler et al., 2021).

Quanto à adolescência, essa se refere a um período transitório, em que o sujeito vivencia as perdas de uma posição infantil para adentrar no mundo adulto e reflete a cultura em que está inserido mediante as imposições feitas pelo meio social (Calligaris, 2009). Destaca-se que a experiência da adolescência de meninas negras pode se constituir a partir dos aspectos que abrangem gênero e raça, visto que esses marcadores apontam para possíveis posições sociais ocupadas pelo sujeito.

Propõe-se, assim, uma discussão sobre os efeitos do racismo na subjetividade de adolescentes negras no ambiente escolar. Parte-se do pressuposto de que existe uma herança do período em que mulheres e meninas negras escravizadas eram vistas como objetos, alvo de diferentes formas de violência, incluindo a violência sexual (Hooks, 2019). Ademais, apesar da adolescência se apresentar como um período temporalmente transitório, como é vivenciar a adolescência sendo uma adolescente negra?

2. Metodologia

Trata-se de uma pesquisa de campo realizada em uma Escola de Tempo Integral na cidade de Fortaleza – Ceará. A seleção das participantes para a pesquisa foi pensada de acordo com a faixa etária definida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que considera adolescentes as pessoas entre 12 e 18 anos de idade. Assim, levando em consideração que a escola atende alunos que estão na faixa etária de 11 a 15 anos de idade, foi determinada a escolha de adolescentes de 12 a 15 anos de idade como participantes.

A presente pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética da Universidade de Fortaleza – COÉTICA (CAAE: 78871323.8.0000.5052 e parecer 6.789.735). Os princípios éticos conforme a Resolução 510/2016 (CNS, 2016) estão presentes durante a construção da pesquisa, em respeito ao campo e às participantes, as quais terão suas identidades mantidas em sigilo e aqui serão referidas a partir de nomes fictícios. É importante ressaltar que foi realizado um contato da pesquisadora com a coordenadora pedagógica da escola antes da pesquisa ser submetida ao Comitê de Ética, para o agendamento de uma visita à escola e apresentação da pesquisadora e da proposta de pesquisa.

As participantes foram selecionadas dentro da escola, mediante convite da coordenadora pedagógica e da pesquisadora. O recrutamento de participantes é uma etapa importante para a realização de qualquer pesquisa, dessa forma, o convite foi realizado a partir da apresentação da proposta de pesquisa pela coordenadora pedagógica. A apresentação foi feita nas salas de aula, ressaltando a temática a ser estudada e a garantia da não obrigatoriedade da participação na pesquisa, assim como o esclarecimento de que a não participação não afeta e nem prejudica nenhuma estudante, pontuando que se trata de uma participação plenamente voluntária. Ademais, o convite deixou claro que há a garantia de sigilo e privacidade das adolescentes que se sentirem à vontade para a participação.

A coleta de dados efetuou-se em duas etapas: a primeira contou com encontros em grupos através de atividades relacionadas ao tema da pesquisa, a segunda teve como proposta a escuta individual das adolescentes que se sentiram à vontade para esse momento. O recorte extraído para o presente trabalho é resultado de um encontro em grupo que teve como tema “*Bullying*”, além de momentos de escuta individual das adolescentes.

3. Resultados e discussões

A palavra *bullying* tem sua origem no verbo em inglês *bully*, que se refere a uma expressão utilizada para apontar uma pessoa intimidadora, que age de forma agressiva e utiliza de vantagens físicas ou morais para amedrontar ou intimidar o outro (Wanzinack, 2014). Ainda segundo o autor citado, o termo é utilizado para definir comportamentos intencionais de violência física ou psicológica.

A atividade em grupo que teve *bullying* como temática foi uma escolha feita a partir de pedidos das adolescentes participantes. O encontro foi realizado inicialmente com a pergunta: o que é *bullying*? As respostas se assemelhavam umas com as outras, com a ideia central de que se trata de uma prática em que uma pessoa é vítima de preconceitos, piadas ofensivas geralmente relacionadas à aparência ou sexualidade. Em meio às respostas, algumas adolescentes relataram casos de amigos e amigas.

Inicialmente as adolescentes compartilharam relatos quanto a práticas de *bullying* via redes social, mais especificamente a rede social *Instagram*. As garotas afirmaram que há pouco meses do momento em que aquele encontro foi realizado, ocorreu uma situação que se tornou de conhecimento de todos na escola, inclusive da gestão e do corpo pedagógico da instituição. Havia sido criada uma conta no *Instagram* por alunos da escola, que não foram identificados até o momento, que promovia exposição de fotos – a maioria de meninas – muitas vezes carregadas de mensagens ofensivas.

Foi realizada uma série de exposição de imagens acompanhadas de legendas contendo julgamentos referentes a aparência física das meninas, principalmente quanto aos seus corpos e aos seus cabelos. As adolescentes apresentaram relatos como: “Tinha comentário que falava coisas bem horríveis, uns apelidos sobre os corpos das meninas, principalmente quando eram gordas ou quando eram negras. Eu lembro que uma vez vi um que dizia que o cabelo de uma das meninas parecia uma vassoura, que se ela cortasse dava pra usar pra varrer a escola toda e aí um monte de gente comentando em baixo rindo”, afirmou uma das participantes. E completou: “Tinha um comentário também que falava assim: quem vai querer uma *neguinha* feia dessas?”

A conta no *Instagram* fora excluída, mas o ocorrido, até aquele momento, havia se tornado uma situação em aberto, pois ninguém sabia quem era a pessoa responsável pelo perfil na rede social. Segundo as adolescentes, na semana em que as publicações foram feitas, muitas meninas foram afetadas, deixaram de ir à escola por dias, além de alguns familiares irem à escola para lidarem com a situação diretamente com a coordenação e direção da escola.

Os exemplos de postagens citados pelas adolescentes apresentam o discurso presente nas manifestações preconceituosas e transparece uma naturalização de práticas racistas entre os próprios adolescentes. Quando o discurso racista é dominante, o sujeito negro passa a se sentir fora do padrão e a cor da pele e o formato do cabelo vão se tornar os fatores que mostram quem está e quem não está dentro dos padrões determinados pela hierarquia social (Pacífico; Paula, 2024). É importante destacar que durante os relatos, as adolescentes não nomeavam os comentários preconceituosos como racismo, mas como *bullying*, o que representa não apenas a naturalização da disseminação do discurso de ódio contra pessoas negras, mas o não reconhecimento das atitudes como preconceito e injúria racial.

Além das ofensas relacionadas à aparência, as adolescentes afirmaram que algumas publicações eram carregadas de conotação sexual. Através de boatos, os conteúdos textuais informavam nomes com ameaças de expor conteúdos de práticas sexuais de meninas da escola. A instituição realizou uma reunião no auditório com todas as turmas para falar sobre o ocorrido na semana em que a conta no *Instagram* viralizou entre os alunos. A situação relatada foi tratada pela escola como um caso de *cyberbullying* e não houve menção ou debate acerca do racismo e da misoginia presentes no contexto.

A partir do exemplo citado pelas adolescentes sobre uma das postagens de cunho racista, ressalta-se como o discurso presente nas manifestações preconceituosas transparece uma naturalização de práticas racistas e como a própria instituição invisibiliza o racismo por não nomear e não apontar tal prática como uma pauta a ser debatida. Quando o discurso racista é dominante, o sujeito negro passa a se sentir fora do padrão e a cor da pele e o formato do cabelo vão se tornar os fatores que mostram quem está e quem não está dentro dos padrões determinados pela hierarquia social (Pacífico; Paula, 2024).

Júlia, uma adolescente de 14 anos, participante da pesquisa, durante um momento de escuta individual afirmou que na escola em que estudava anteriormente teve seu material escolar danificados e ofensas quanto ao seu cabelo. Os dizeres “cabelo ruim” estava presente nas ofensas vividas por ela. Em decorrência ao episódio que viveu, Júlia informou que chegou a passar uma semana sem querer ir à escola e foi esse o motivo que levou seus pais a mudarem Júlia de escola. Em seu relato, ela também compartilhou que desde o ocorrido passou a alisar o seu cabelo crespo, que deixou de gostar do seu cabelo acreditando que esta seria a justificativa das piadas ofensivas das quais era alvo.

Uma segunda adolescente, Mariana, compartilhou vivências semelhantes em relação ao seu cabelo. Ela afirmou que já havia passado por situações com dois colegas de sala de aula,

que tinham o hábito de puxar o seu cabelo e dizer que parecia com *bombril*. A garota em seu relato informou que muitas vezes não sentia vontade de ir à escola por saber da possibilidade de passar por situações como essa, todavia, afirmou que “em casa não adianta falar disso” porque sua mãe acredita que seja “besteira”. A adolescente afirmou que não gosta de si mesma, que muitas vezes pensa em sumir, desistir da própria vida, mas que por outro lado procurava se manter firme por causa da melhor amiga, que é alguém a quem ela se referiu como a pessoa mais importante de sua vida.

Os casos de Júlia e Mariana, duas adolescentes que se identificam como meninas negras, que compartilharam seus relatos em grupo e em momentos de escuta individual, exemplificam situações de racismo, porém, as adolescentes nomearam como situações de *bullying*. Destaca-se que ofensas, constrangimentos, apelidos e insultos não podem ser apenas caracterizados como *bullying*, mas como condutas criminosas (Gonçalves et al., 2021), visto que o racismo, por exemplo, é tratado como crime desde o dia 13 de junho de 2019 em acordo com a Lei 7716/89. Nessa lógica, tratar uma prática racista nomeando-a como *bullying* pode colaborar na dificuldade de identificar o racismo e, posteriormente, combatê-lo.

O cabelo é considerado um aspecto que dá pistas sobre as origens e pertencimentos a grupos sociais de uma pessoa (Oliveira; Mattos, 2019) e os cabelos de mulheres negras implicam diretamente na identidade negra de um corpo que não é apenas biológico, mas um corpo marcado socialmente e historicamente. Adolescentes negras podem viver uma relação persecutória com o próprio, que se veem diante de duas possibilidades: a de se submeter ao lugar social de inferioridade que é dado a quem é negro, ou se esforçar de maneira excessiva para se moldar os padrões brancos, que procuram aniquilar a corporeidade negra. Essas possibilidades são baseadas em um ideal que se sustenta em “fantasias de modelo, objeto, apoio e adversário” (Oliveira; Paiva, 2020). Meninas negras nascem e crescem vivenciando desde cedo os efeitos do racismo, por estarem submetidas desde a primeira infância a padrões estéticos que têm como referência o branco (Braga, 2019). A branquitude tão presente na sociedade brasileira se torna imperativo por ser a referência universal, o que influencia diretamente na realidade de meninas negras.

O relato de Júlia é um exemplo de como o *bullying* pode mascarar o racismo ao ofender, diminuir e associar características fenotípicas ao que é feio, inadequado ou ruim. Ser negro é, para muitos, viver com dificuldade diante das imagens negativas que são introjetadas e produzidas pelo discurso da discriminação associado ao discurso do que é ser negro. A

dificuldade de se conviver com um corpo que é visto como feio, um cabelo que é considerado ruim etc., resulta em formações traumáticas que precedem o sentimento de vergonha.

O espaço escolar propicia o encontro dos adolescentes com eles próprios e nesse sentido, a singularidade-coletiva é atravessada por recortes sociais como gênero, raça, classe social, sexualidade, que constituem suas identidades (Junior et al, 2023). É nesse encontro que o adolescente se reconhece no outro e se depara com o diferente. O cabelo é o símbolo que mais aparece nos discursos das adolescentes que já viveram episódios de racismo. Em sua maioria, os episódios de racismo que se camuflam em *bullying* são tratados na escola como brincadeiras, piadas, quando deveriam ser debatidos a partir da instituição como manifestações racistas.

4. Considerações Finais

A pesquisa possibilitou um meio de discussão sobre desigualdade racial e preconceito, ainda que inicialmente as adolescentes participantes reproduzissem a classificação do racismo como *bullying*. Promover espaço para que ocorram debates que visem uma construção de letramento racial, conscientização sobre o racismo e identidade racial é o primeiro e um importante passo para que a escola possa se tornar um lugar de combate ao racismo e movimento de mudança cultural.

De acordo com Gomes (2002), o pertencimento ou não a um grupo étnico-racial faz diferença nas relações que são estabelecidas entre os sujeitos da escola, desde os momentos de avaliação à maneira como são tratados. A escola é, na maioria das vezes, o primeiro contato que a criança tem com a alteridade, onde as primeiras relações sociais são construídas.

Para isso, se faz necessário o engajamento dos gestores de escola na compreensão de que o racismo se manifesta de diferentes formas, inclusive através de piadas e brincadeiras que são chamadas de *bullying*. Os relatos sobre o ocorrido na escola, que foi de conhecimento de todos da instituição, assim como os relatos de Júlia e de Mariana, ilustram que mesmo como o racismo é um fenômeno tão presente no cotidiano escolar e que traz consequências profundas, como dificuldade de autoaceitação do próprio corpo, especialmente do cabelo, que marca a identidade negra.

No prefácio da obra “Tornar-se negro” de Neuza Santos Souza Jurandir Freire Costa aponta que “ser negro é ser violentado de forma constante, contínua e cruel, sem pausa ou repouso, por uma dupla injunção: a de encarnar o corpo e os ideais de Ego do sujeito branco e a de recusar, negar e anular a presença do corpo negro”. A constância dessa violência é, por diversas vezes, silenciada, negada, a partir da falsa ideia de que não há racismo no Brasil. A

escola enquanto instituição composta pela diversidade de crianças e adolescentes assume um papel importante na formação intelectual e social de futuros cidadãos e, diante disso, pode e deve ser um lugar que viabiliza espaços de discussões, debates e combates de desigualdades sociais, como o racismo.

5. Referências bibliográficas

BRAGA, A. O. Nosso crespo é de rainha. *Revista África e Africanidades*, - anoXII – n. 32, 2019

CALLIGARIS, C. *A adolescência* 2ª ed. São Paulo: Publifolha, 2009.

CARNEIRO, S. *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2023.

CÉSAR, F. R. M.; ARAÚJO, M. C. M. de; MENEZES, R. N. M. Práxis pedagógicas de enfrentamento ao racismo no Ensino Médio. *Ensino em Perspectivas*, v. 2, n. 4, p. 1-9, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/5778>. Acesso em 12 mar. 2025.

GOMES, N. L. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural?. *Revista brasileira de Educação*, p. 40-51, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/D7N3t6rSxDjmrHf5nTC7r/?lang=pt>. Acesso em 10 mar. 2025.

GONÇALVES, D. S. et al. Pega a visão! Nem tudo é brincadeira: percepção do bullying no contexto escolar baseado no racismo e lgbtfobia. *Interfaces Científicas-Educação*, v. 11, n. 1, p. 124-139, 2021. Disponível em: <https://periodicosgrupotiradentes.emnuvens.com.br/educacao/article/download/10441/4647>. Acesso em 15 mar. 2025.

HOOKS, B. *E eu não sou uma mulher?: mulheres negras e feminismo*. Tradução: Bhuvli Libanio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

JUNIOR, F. F. L. et al. A diversidade e interseccionalidade: novas perspectivas de travessias dos adolescentes no contexto escolar. *Revista de Estudos Interdisciplinares*, v. 5, n. 7, p. 130-142, 2023. Disponível em: <https://revistas.ceeinter.com.br/revistadeestudosinterdisciplinar/article/view/912>. Acesso em 20 fev. 2025.

JUNIOR, Paulo de Tarso Xavier Sousa; MARTINS, Hélvia Moreira Mineiro. Confissões de adolescentes: os olhares da adolescência na escola. *Horizontes*, v. 37, p. e019010-e019010, 2019. Disponível em: <https://novoshorizontes.usf.emnuvens.com.br/horizontes/article/view/596>. Acesso em 10 mar. 2025.

KOEHLER, S. M. F.; GONZALES, N. G. P.; MARPICA, J. B. A escola como promotora da saúde mental e do bem-estar juvenil: oficinas pedagógicas com adolescentes. *DESIDADES: Revista Científica da Infância, Adolescência e Juventude*, n. 29, p. 168-185, 2021. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8075417> Acesso em 15 mar. 2025.

MADEIRA, M. Z. A.; COSTA, R. G. da. As relações étnico-raciais e a implementação da lei 10.639/03 em Fortaleza/Ceará. *Revista de Políticas Públicas*, v. 16, n. 2, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3211/321129114005.pdf>. Acesso em 11 mar. 2025.

MADEIRA, Z.; GOMES, D. O. Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo. *Serviço Social & Sociedade*, n. 133, p. 463-479, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/FmSRPNQZhrqz9mMVWTJnwqP/>. Acesso em 11 mar. 2025.

MENDES, A. J.; MORAES, A. C.; SILVA, J. P. Práticas Educativas para educação étnico-racial em escolas da Educação Básica do maciço de Baturité-Ceará. *Revista Multidisciplinar do Núcleo de Pesquisa e Extensão (RevNUPE)*, v. 1, n. 1, p. e202110-e202110, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/revnupe/article/view/12970>. Acesso em 11 mar. 2025.

MIRANDA, L. L. et al. “Como Quebrar os Padrões Sociais?”: o Racismo no Cotidiano de Jovens Pesquisadores. *Psicologia: ciência e profissão*, v. 40, n. spe, p. e230089, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/zBdHTVtDNttBg45mnWnF97h/>. Acesso em 15 mar. 2025.

OLIVEIRA, A. P. O.; MATTOS, A. R. Indentidades en transición: Narrativas de mujeres negras sobre cabellos, técnicas de blanquiamiento y racismo. *Estudios e Pesquisas em Psicologia*, v. 19, n. 2, p. 445-463, 2019. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1808-42812019000200007&script=sci_abstract&tlng=es. Acesso em 11 mar. 2025.

OLIVEIRA, L. M. M. et al. Adolescer na menina negra brasileira: considerações históricas, apontamentos e questionamentos à ótica psicanalítica. *Cadernos de Pesquisas Multidisciplinares sobre Corpo, Raça, Sexualidade e Gênero-CRSG*, v. 2, n. 1, p. 19-26, 2020. Disponível em: <https://www.crsg.periodikos.com.br/article/5e9203cd0e8825f97730ae9a>. Acesso em 15 mar. 2025.

PACÍFICO, S. M. R.; PAULA, T. S. M. Bullying e racismo no discurso de alunos vítimas de violência no espaço escolar. *Traços de Linguagem-Revista de Estudos Linguísticos*, v. 8, n. 2, 2024. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/tracos/article/view/12526>. Acesso em 15 mar. 2025.

SOUSA JÚNIOR, A. R.. Educar para as relações étnico-raciais: combatendo o racismo e superando os estereótipos. *Revista Ceará Científico*, v. 2, n. 3, p. 14-24, 2023. Disponível em: <https://revistadocentes.seduc.ce.gov.br/cearacientifico/article/view/1019>. Acesso em 20 fev. 2025.

WANZINACK, C. Bullying e cyberbullying: faces silenciosas da violência. *Diversidade e educação: Intersecções entre corpo, gênero e sexualidade, raça e etnia*, p. 67-81, 2014.

El racismo a través de la máscara del bullying en una escuela: experiencias de adolescentes negras

Resumen

Se trata de un extracto de una investigación de maestría en Psicología realizada en una escuela municipal de la ciudad de Fortaleza – Ceará, cuyo objetivo general fue comprender los efectos del racismo en la subjetividad de las adolescentes negras en el entorno escolar. Las participantes de la investigación fueron adolescentes de entre 12 y 15 años, matriculadas en la escuela. El estudio se llevó a cabo a partir de actividades grupales con las adolescentes y, posteriormente, de una escucha individual. Para este artículo, se destacó una de las actividades realizadas sobre el tema del “bullying” según la percepción de las adolescentes. Durante los encuentros grupales y las entrevistas individuales, las adolescentes compartieron experiencias vividas en el entorno escolar que identificaron como prácticas de bullying; sin embargo, muchos de los relatos contenían elementos de prejuicio racial. De este modo, se enfatiza la problematización de los episodios de injuria racial que las propias adolescentes nombraron como bullying, además de resaltar la importancia de la escuela en la lucha contra el racismo ante los desafíos del reconocimiento del racismo.

Palabras clave: Adolescencia; Bullying; Escuela; Racismo; Subjetividad.

Le racisme à travers le masque du harcèlement scolaire dans une école: expériences d'adolescentes noires

Résumé

Il s'agit d'un extrait issu d'une recherche de master en Psychologie réalisée dans une école municipale de la ville de Fortaleza – Ceará. Cette recherche avait pour objectif général de comprendre les effets du racisme sur la subjectivité des adolescentes noires dans l'environnement scolaire. Les participantes étaient des adolescentes âgées de 12 à 15 ans, inscrites dans l'établissement. L'étude a été construite à partir d'activités de groupe menées avec les adolescentes, suivies d'une écoute individuelle. Pour cet article, l'une des activités a été mise en avant, portant sur le thème du « harcèlement scolaire » selon la perception des adolescentes. Lors des rencontres en groupe et des entretiens individuels, les adolescentes ont partagé des expériences vécues dans l'environnement scolaire qu'elles ont désignées comme des pratiques de harcèlement, bien que de nombreux récits contenaient des éléments de discrimination raciale. Ainsi, l'article met en lumière la problématique des épisodes d'injures raciales que les adolescentes elles-mêmes qualifient de harcèlement, tout en soulignant le rôle fondamental de l'école dans la lutte contre le racisme face aux défis de sa reconnaissance.

Mots-clés : Adolescence; Harcèlement scolaire; École; Racisme; Subjectivité.

Racism through the mask of bullying in a school: experiences of black teenagers

Abstract

This excerpt is taken from a master's research in Psychology conducted at a Municipal School in the city of Fortaleza, Ceará. The study aimed to understand the effects of racism on the subjectivity of Black adolescent girls in the school environment. The research participants were adolescents aged between 12 and 15 years, enrolled in the school. The study was developed through group activities with the adolescents, followed by individual listening sessions. For this article, one of the activities was highlighted, focusing on the theme of "bullying" from the adolescents' perspective. During group meetings and individual listening sessions, the adolescents shared experiences in the school environment that they identified as bullying practices. However, many of these accounts contained elements of racial prejudice. This highlights the need to problematize cases of racial slurs that the adolescents themselves labeled as bullying, as well as to emphasize the crucial role of schools in combating racism, given the challenges of recognizing racism in these contexts.

Keywords: Adolescence; Bullying; School; Racism; Subjectivity.